

HABEAS CORPUS Nº 548.226 - CE (2019/0355240-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : GILSON SERGIO PEREIRA ALVES
ADVOGADO : GILSON SERGIO PEREIRA ALVES - CE035400
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : GREGORIO MOURA DA PAZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GREGORIO MOURA DA PAZ, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ que ainda não distribuiu o seu Recurso de Apelação na origem.

Consta dos autos que o paciente foi condenado em primeira instância à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e a 1 ano de detenção, em regime inicial aberto, como incurso nos crimes dos arts. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 e art. 12 da Lei 10.826/2003.

Sustenta que interpôs recurso de apelação no dia 4/9/2018, sendo o mesmo remetido ao Tribunal de Justiça em 21/10/2018, mas o mesmo, até o presente momento, ainda não foi julgado. Informa que o paciente encontra-se preso preventivamente há mais de 2 anos, desde 24/11/2017. Desse modo, alega excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva do paciente, de modo que possa aguardar o julgamento de seu recurso em liberdade.

Na origem, no processo n. 0188436-05.2017.8.06.0001 consta juntada de parecer do Ministério Público e movimentação de *expedido termo de transferência*, conforme informações processuais eletrônicas extraídas dos *site* do Tribunal *a quo* em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, posto que na ausência de julgamento da apelação pelo Tribunal de origem, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário o exame circunstancial do prazo de duração da custódia.

Ademais, com relação aos prazos consignados na lei processual, deve-se atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial, sobre a situação prisional do paciente, sobre o andamento da respectiva apelação e o envio de chave de acesso aos autos.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator